



Subcomissão de subvenções sociais pode incluir hoje mais um nome, o do deputado Ricardo Fiúza

Relatório propõe a cassação de 14

BRASÍLIA — A CPI da máfia do Orçamento definiu ontem a primeira lista de 14 parlamentares que terão indicação de cassação no parecer final do relator Roberto Magalhães (PFL-PE). Essa primeira lista consta do relatório da subcomissão de subvenções sociais, concluído ontem à noite e o primeiro divulgado oficialmente. Magalhães anunciou que vai incorporar integralmente o parecer e as indicações de cassação da subcomissão de subvenções sociais. A relação pode ter um 15º nome: o do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que será ouvido hoje.

O trabalho do senador Garibaldi Alves foi excepcional. Pretendo incorporar integralmente seu relatório em meu relatório geral — informou Magalhães.

Estão na lista de indicação de cassação da subcomissão os seguintes parlamentares: senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), deputados João Alves (sem partido-BA), Paulo Portugal (PP-RJ), Fábio Ranhuetti (PTB-RJ), João de Deus Antunes (PP-RS), Raquel Cândido (PTB-RO), José Geraldo (PMDB-MG), Cid Carvalho (PMDB-MA), Manoel Moreira (PMDB-SP), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Féres Náder (PTB-RJ), Paes Landin (PFL-PI), Carlos Benevides (PMDB-CE), Daniel Silva (PP-MA).

Hoje, o deputado Ricardo Fiúza vai tentar explicar novas denúncias feitas pelo economista José Carlos Alves dos Santos, que em depoimento na última semana detalhou um bilhete em que o então ministro da Ação Social pedia a liberação de verbas de subvenção para entidades ligadas aos "anões" do Orçamento.

● **SIGILO** — Foi uma sessão tensa, mas depois de muita obstrução os membros da CPI da máfia do Orçamento decidiram aprofundar as investigações sobre o governador Joaquim Roriz (DF), aprovando a quebra de sigilo bancário do capataz Valdivino Pinheiro, do "fantasma" Wanderlan Dias Soares, do jornalista Ronaldo Junqueira, da Fundação Fraternidade Essênia e de sua presidente, Joana D'Arc. O coordenador da subcomissão de Bancos, deputado Benito Gama (PFL-BA), disse que as diligências feitas preliminarmente nas contas das pessoas ligadas a Roriz foram legais, aprovadas pelo BC.